

MAIO 188 788 DE 17 DE MAIO

DE 1978

Dispos sobre a organização edminis trativo de Prefaiture Municipal de Niguel Persira e de outres provides cios.

A CÂMANA MUNICIPAL DE MIGUEL PER INA, DECRUMA E SU SANCIONO SEQUINTE LEI:

Seção I

DOS PRINCÍPIOS NOSTRADOSES DA AÇÃO ASMINISTRATIVA

Art. 1º - A Profeitura Municipal de Miguel Pereira adotará o planejamento como método permanente de ação envolvendo, inclusive, os ag pectos físico-territoriaise - tratuzido na utilização racional dos recursos / humanos, naturais, sateriais e financeiros disponíveis, com vistas so dessavolvimento econômico e social do território do Município.

Art. 2º - O proce so de planejamento municipal se verifica ra através dos seguintes instrumentos normativos e operacionais:

I - Diretrises germie;

II - Flance, progresso e projetos;

III - Organiato-programa amual;

IV - Organisto pluriameal de investimentos;

Y - Progremação financeira anual de desembolso;e

VI- Sistema de acompanhamento da execução dos programas e projetos setoriais.

Art. 3º - Na elaboração dos planos, programas e projetos,
a Prefeitura adotará critérios de prioridade, com base mas vocações econômicas e ma
e ma escencialidade para o desenvolvimento aconômico-social do Município, no
atendimento do interesse público e ma existência de recursos financeiros que
a seguren sua plana execução.

Art. 4º - Para executar a programção, a Prefeitura buscará examinar a existência de recursos de outras entidades publicas, estaduais e federais, e particulares, celebrando convênios de apoio financeiro e de outros tipos, bom como consorciando-se com outras Prefeituras visando à solução de problemas comuns e ao melhor aproveitamento de recursos humanos, maturais, / técnicos, materiais e financeiros.



Art. 5* - Objetivando o melhor cumprimento de programação municipal e dos fine para os quais os órgãos forma criados, e a agilidado / operacional interna e a relativa so atendimento público, os métodos — e processos administrativos e de atuação parão continuamento atualizados.

Parágrafo Unico - A Prefeitura buscará elevar a produtividade operacional de seus órgãos através de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso ao seu quadro de pescoal, do treinamento e aperfeiçoscento dos servidores, do estabelecimento de níveis de remuneração - compatíveis / com a qualificação dos recursos musanos e as disponibilidades do Tesouro Municipal - e do estabelecimento e observância de critérios de prosoção e acésso.

art. 6º - A Profeitura recorreré, sempre que admissível e scon celhável, à execução indireta de obras e serviços mediente contrato, con cessão, permissão ou convênio com pessons ou entidades públicas ou particulares, de forma a evitar encargos permanentes à Profeitura.

Secão II

DA ESTEUTURA BÁSICA

Art. 7º - A estrutura básica da Profeitura compõe-se dos se guintes órgãos:

- I Órgos de Ascistência Direta o Inediata ao Prefeito
 - 1. Gabinete do Prefeito
 - 2. Assessoria de Flansjasento e Coordenação Geral
 - 3. Assessoria de Turismo e Divulgação
 - 4. Procuredorie Jurídice
- II Organo de Apoio Administrativo, Pinanceiro e Técnico
 - 1. Secretaria Municipal de Administração
 - 2.Secretaria Municipal de Pagenda
 - 3. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 - 4. Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 - 5 Secretaria Municipal de Sande e Promoção Social

Secão III

DAS ARRAS DE COMPETÊNCIA



Art. 8" - Do Gabinete do Prefeito:

- I A assistencia administrativa so Prefeito:
- II Auxílio so Prefeito em sua representação funcional e social;
- III Execução das atividades de relações públicas e de atendimento aos municipes.
 - Art. 9º Da Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral:
 - I Planejamento pera o desenvolvimento econômico e social;
 - II Planejamento para o decenvolvimento ficico-territorial;
- III Programação de fundos vinculados;
- IV Programação e elaboração orçamentária;
- V Modernização administrativa;
- VI Accepanhamento de execução orçamentária e da programação do Govêrno Municipal;
- VII Fomento as atividades econômicas;
- VIII Assessoramento técnico po Prefeito;
 - IX Coordenação das ações da Administração Municipal;
 - X Articulação com órgãos dos Sistemas de Planejamento das demais esferas de Governo e com o Sistema de Informações / para o Planejamento Estadual.
- Art .- 10 Da Assessoria de Turismo e Divulgação:
 - I Promoção de turismo no Município;
 - II Programação e coordenação das festividades musicipais;
- III Desempenho das atividades de relações públicas e de divul
- Art. -11 De Procuredoria Jurídica:
 - I Assessoramento ao Prefeito em assumtos jurídicos;
- II Elaboração de pareceres sobre assuntos de natureza jurídi co-administrativa e fiscal;
- III Exame prévio dos projetos de lei, justificativas de veto, decretos, regulamentos, contratos e outros atos de nature sa jurídica;



IV - Promoção da cobrunça da divida ativa:

V - Representação do Município em Juizo.

Art. - 12 - Da Secretaria Municipal de Administração

I - Administração de pessoal:

II - Administração de material;

III - Patrimônio:

IV - Comunicações administrativas;

V - Serviços auxiliares.

Art. - 13 - Da Secretaria Municipal de Pasenda:

I - Administração financeira e tributária;

II - Contabilidade e auditoria interna:

III - Arrecadação e fiscalização de tributos;

IV - Execução orçamentário-financeira;

V - Empenho, liquidação e pagamento das despesas;

VI - Guarda e movimentação de valores;

VII - Bacrituração dos bens do Município;

VIII - Licenciamento para localização de estabelecimentos, para exploração de publicidade e outros.

Art. - 14 - Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicou:

I - Execução e conservação de obras públicas;

II - Licenciamento o fiscalização de óbros particulares;

III - Parcelamento da terra e uso do solo;

IV - Limpeza pública e coleta de lixo;

V - Agua e esgotos;

VI - Administração de mercados e cemitérios;

VII - Iluminação pública;

VIII - Construção e conservação de estradas municipais;

IX - Guarda o manutenção de veículos oficiais;

X - Concessão de serviços de transportes coletivos nas linhas municipais e de texis.

Art. - 15 - Da Secretaria Municipal de Rducação e Cultura:

I - Educação no âmbito mun cipal;

II - Cultura e recreação;

III - Patriconio bistorico e artístico;

IV - Alimentação escolar.



- Art. 16 Da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Socials
 - I Smide e flecalização camitária;
- II Assistência médica e social sos municipos não abrengidos pelo Sistema de Previdência Social.

Seção IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- Art. 17 Nembum servidor público municipal poderá perceber / remuneração superior à percebida pelo servidor estadual de categoria correspondente.
- Art. 18 O Prefeito no prazo de 90 (noventa) dias, aprovará o Regimento Interno da Prefeitura, estabelecendo o desdobramento opera cional da estrutura básica, constante do art. 7º, a competência das unidades administrativas e as atribuições dos seus dirigentes.
- Art. 19 As denominações, símbolos, quantitativos e valores / dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, necessários à implem tação da estrutura básica e do desdobramento operacional, são os constantes dos Amexos I e II desta Lei.
- § 1º O funcionário nomendo para o Cargo em Comissão da eg trutura a que se refere este artigo, na medida em que venha a ser implanteda, e que haja optado pelos vencimentos e vantagens do car go efetivo de que seja titular, fará jus à gratificação pelo exercí cio de comissão, equivalente à metade do valor fixado para o símbolo correspondente.
- § 2º A gratificação de função, correspondente so exercício / de função gratificada, é vantagem acessória que se acresce, nos valo res fixados no Anexo II, ao vencimento de servidor efetivo ou contratado em atividade, designado para o respectivo desempenho na estrutura mencionada neste artigo e, da mesma forma, na medida em que venha a ser implantada.
- § 3º O exercício de função gratificada por servidor contratado equipara-se ao exercício de função de confiança de que trata o parágrafo único do art. 468 da Consolidação das Beis do Trabalho.



Art. 20 - Podera ser atribuida Gratificação pela Representação de Gabinete aos ocupantes dos Cargos en Comissão, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos valores dos respectivos símbolos.

Art. 21 - Picam extintos os atuais Cargos em Comissão e as funções Gratificadas, constantes dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 22 - Ha medida en que forem instalados os órgãos que com põem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, prevista nosta Lei, serão extintos, sutomaticamente, os stumis órgãos, ficando o Prefeitura feito Municipal autorisado a promover as secessárias transferências de pessoal, dotações organentárias e instalações.

Art. 25 - As despesas decorrentes da execução desta lei serão / atendidas, no corrente exercício, por conta das dotações próprias consignadas no organento vigente.

Art. 24 - Nota Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miguel Pereira,

19 de maio de 1978,

Mancel Scill res Barboon - Pryfeiso Municipal -



ANEXO I Cargos em Comissão

e fuscio	DENCMINAÇÃO	AP DE CARGOS	(crs. 1,00)
DAS - 1	Secretário Municipal	5	2.700,00
DAS - 1	Chefe de Gabinete	1	2.700,00
DAS - 1	Assector-Chefe	2	2.700,00
DAS - 1	Procurador Municipal	1	2.700,00
DAS - 2	Assessor	3	2.000,00





ANERO II

Pumções Gratificadas

simoro	2280MIRAQÃO	H° DE RUNÇÕES	VALOR DE GRAZI PICAÇÃO DE FUN ÇÃO (Crt. 1,00)
CAI ST	Chafe de Divisão	12	1.200,00
CAI - 2	Chefe de Seção	9	800,00
CAI - 2	Applatente	5	800,00





AWEKO III

Cargos en Coniscão

B* DE CAR	AD BEST STATE
1	Diretor de Viação e Obras Públicas
- C	Diretor de Saude Publica
1	Diretor de Fazonda
2	Diretor Jurídico
1	Diretor de Turismo e Divulgação
1	Secretario do Prefeito
2	Mestre de Obras
1	Diretor de Engino Primirio



AHEKO IV

Punções Gratificadas

n. De	FUHÇÜES	DENCHIBAÇÃO	
	1 1 1 1 1 1 1 1	Chefe de Contabilidade Chefe de Secretaria Chefe de Cadastro Chefe de Pretocolo Chefe de Piscalização Chefe de Tributação Chefe de Arquivo Chefe de Oficina	
	1	Motorieta do Gabinete	